



TERMO DE FOMENTO CAU/TO Nº 01/2021

DAS PARTES:

I – CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO TOCANTINS, pessoa jurídica de direito público, autarquia federal de fiscalização profissional regida pela Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, regularmente inscrito no CNPJ/MF nº 15.002.367/0001-11, com sede na Quadra 103 Sul, Rua SO 05, Lote 12, Sala 04 e 05, na cidade de Palmas, no Estado do Tocantins, telefone e endereço eletrônico indicados no rodapé, neste ato representado pelo seu presidente o Sr. _____, (qualificação civil), inscrito no CPF sob o nº _____ e título de eleitor nº: _____, residente e domiciliado em _____, doravante designado **CAU/TO**.

II – XXXXXXXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXXXX, representado neste ato pelo **XXXXXXXXXX**, (profissão), portador da Carteira de Identidade nº xxxxxxxxxxxx, expedida pela xxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado em....., doravante designado **PARCEIRO** ou **xxxxxxxxxxxxxxxxxx**.

RESOLVEM, com fundamento na Deliberação Plenária CAU/TO nº 014, de 15 de abril de 2019 e Edital Chamamento Público nº 01/2021, aprovado pela Deliberação CPAFI/CAU/TO nº 08/2021, homologado pelo Plenário do CAU/TO, por meio da Deliberação nº 38/2021, **CELEBRAR** o presente **TERMO DE FOMENTO**, que regerá pelas cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS FUNDAMENTOS

1.1. O presente **TERMO DE FOMENTO** é firmado com fundamento e em conformidade com os seguintes atos e normas:

- I** – Projeto de Parceria apresentado pelo **PARCEIRO**, mediante o preenchimento do Formulário para Solicitação de Parceria (Anexo I do Edital nº 01/2021);
- II** – Deliberação da Comissão de Planejamento, Administração e Finanças do CAU/TO – CPAFI - CAU/TO na qual foram examinados e deliberada a aprovação do presente projeto a ser **PARCEIRO** do **CAU/TO**, por ser de interesse da Arquitetura e Urbanismo, no exercício de 2021;
- III** – Edital de Chamamento Público nº 01/2021, para seleção pública de projetos de interesse da Arquitetura e Urbanismo a serem apoiados pelo **CAU/TO** no exercício 2021;
- IV** – Deliberação CAU/TO nº 014, de 15 de abril de 2019.

Parágrafo único – São partes integrantes deste **TERMO DE FOMENTO**, como se transcritos estivessem, os documentos relacionados no item 1.1 desta cláusula e contidos no Processo Administrativo nº **XXXX/2021**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O objeto deste Termo de Fomento é o apoio financeiro do **CAU/TO**, ao **PARCEIRO**, para a execução do seguinte projeto: **xxxxxxxxxxxxxxxxxx**, que baseia em xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

2.2. A execução do Projeto ficará sob a exclusiva responsabilidade do **PARCEIRO**, que se obriga a executá-lo nos prazos e condições previstos no Projeto de Parceria.

2.3. O responsável técnico pelo projeto é o(a) Senhor(a) xxxxxxxxxxxx, portador da Carteira de Identidade nº xxxxxxxx, expedida pela xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, e inscrito no CPF sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxx.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES DO OBJETO

Para execução do projeto de que trata este **Termo de Fomento**, o **CAU/TO** se compromete a alocar **R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxx)**.

CLÁUSULA QUARTA – DOS DESEMBOLSOS

4.1. Os recursos de responsabilidade do **CAU/TO** serão alocados mediante crédito em conta corrente do **PARCEIRO**, até 20 (vinte) dias após a assinatura deste Termo de Fomento.



4.2. É condição para a liberação do recurso em favor do **PARCEIRO** que ele demonstre, na data desse fato, situação de regularidade a ser aferida com a apresentação dos seguintes documentos:

- I** – Certidão negativa de débitos relativa a tributos e contribuições federais e dívida ativa da União, expedida pelo órgão de Receita Federal do Brasil;
- II** – Certidões negativas de tributos estaduais e municipais, ou, em se tratando de contribuinte isento, cópia do documento de isenção, emitidos pelo órgão competente do Estado e do Município, ou declaração assinada pelo representante legal;
- III** – Certificado de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), expedida pela Caixa Econômica Federal.
- IV** – Certidão negativa de débitos trabalhistas.

4.3. Além do disposto no item 4.2, o CAU/TO deverá o **PARCEIRO**, em consonância com o disposto no artigo 16, inciso III da Deliberação Plenária nº 014/2019, apresentar a existência da conta corrente específica, com o mesmo CNPJ informado na inscrição, na qual serão efetuados os créditos referentes ao patrocínio aprovado, sendo condição.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONTRAPARTIDAS

5.1. Por força deste Termo de Fomento, o **PARCEIRO** se compromete com as seguintes contrapartidas:

- I** – alocação, para a execução do projeto, dos recursos de sua responsabilidade e descrito na cláusula terceira, item 3.1 deste Termo de Fomento;
- II** – inserção da marca institucional do **CAU/TO** nas peças de mídia e divulgação do projeto referenciando a participação do **CAU/TO** no seu financiamento;
- III** – as contrapartidas ofertadas e previstas no Projeto de Patrocínio apresentado pelo **PARCEIRO**, conforme constam no Formulário de Solicitação de Parceria;

5.2. As contrapartidas de que tratam o item 5.1 constituem as obrigações mínimas a que se compromete o **PARCEIRO**, que, mediante entendimentos entre as partes ou de forma espontânea, poderão ser concedidas outras contrapartidas sem que isso constitua obrigação do **CAU/TO** de ampliar sua participação financeira no financiamento do objeto.

CLÁUSULA SEXTA – DA CESSÃO DE DIREITOS

5.3. Para o fim de cumprimento das obrigações relacionadas na cláusula quinta, o **CAU/TO** autoriza o **PARCEIRO** a utilizar o nome e a marca do **CAU/TO** em peças de imagem relacionadas com as contrapartidas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

O **PARCEIRO** reconhece o direito do **CAU/TO** fiscalizar, através de seus prepostos e a qualquer tempo, a execução do projeto ora apoiado, para o qual autoriza, neste ato, a fiscalização local e o acesso a documentos necessários ao cumprimento desta finalidade.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1. A prestação de contas incumbirá ao **PARCEIRO** e compreenderá:

- I** – comprovação da execução do projeto, mediante a apresentação de relatório e documentos compatíveis com a demonstração física da execução;
- II** – comprovação do cumprimento das contrapartidas mínimas ajustadas neste Termo de Fomento;
- III** – apresentação de relatório analítico relativo às despesas realizadas na execução do projeto, incluindo os recursos de responsabilidade da **XXXXXXXXXX** e os de responsabilidade do **CAU/TO**;
- IV** – o relatório no item I destacará a aplicação dos recursos do **CAU/TO**.

8.2. A prestação de contas deverá ser apresentada durante os 30 (trinta) dias após a efetivação do projeto com a apresentação dos seguintes documentos:

- I** – notas fiscais ou recibo de pessoa autônoma, que comprovem a adequada aplicação dos recursos transferidos ao Parceiro, e, no caso de cópias estas deverão ser autenticadas;



- II – amostras do material promocional, que demonstrem a divulgação das logomarcas do **CAU/TO**;
- III – fotos/vídeos/matérias jornalísticas, que confirmem a realização do evento/projeto.

8.2.1 A prestação de contas do proponente deverá ser entregue por meio impresso, além de fotos e material de divulgação.

8.3. Decorrido o prazo referido no item 8.2 desta cláusula sem que seja apresentada a prestação de contas, será havida por irregular a aplicação dos valores alocados pelo **CAU/TO**, tornando-se exigível a devolução dos recursos, crescidos de correção calculada com base na variação da Taxa SELIC.

8.4. No exame da prestação de contas, e à vista do relatório analítico financeiro referido no item 8.1, subitem I desta Cláusula, o **CAU/TO** verificará o cumprimento das contrapartidas, inclusive quanto à alocação dos recursos a que se compromete o **PARCEIRO**.

8.5. Havendo descumprimento, por parte **PARCEIRO**, quanto à alocação dos recursos previstos na cláusula terceira promover-se-á ao ajuste da participação do **CAU/TO** de forma a manter a proporcionalidade inicial com os recursos alocados pelo **PARCEIRO**, cabendo a este a restituição dos recursos excedentes.

8.6. Nos casos em que deva haver restituição de recursos, o **CAU/TO** notificará o **PARCEIRO** para, no prazo de 30 (trinta) dias, proceder a essa restituição mediante depósito na conta corrente a ser indicada, sob pena de ser instaurada a tomada de contas especial e de serem os recursos a restituir cobrados administrativa ou judicialmente.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Fomento vigorará pelo período compreendido entre a data da sua assinatura até 15 de dezembro de 2021, incluído neste período o prazo para prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

10.1. Constituem motivos para rescisão do presente Termo de Fomento:

- I – o descumprimento de quaisquer obrigações previstas neste instrumento;
- II – o cancelamento do projeto ou sua inexecução sob quaisquer justificativas;
- III – o desvio dos valores para outra finalidade que não seja a execução do projeto previsto neste **Termo de Fomento**;

10.2. Havendo a rescisão do **Termo de Fomento** pelos motivos elencados nesta Cláusula, o **PARCEIRO** se obriga a restituir os recursos alocados pelo **CAU/TO**, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar do fato.

10.3. A restituição dos recursos nas situações de que trata o item 10.1 desta Cláusula será sempre acrescida de atualização monetária calculada de acordo com a variação da Taxa SELIC e, no caso da alínea “c” do mesmo item 10.1, acrescida de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado.

10.4. Nos casos em que o **CAU/TO** tiver que recorrer aos meios judiciais ou extrajudiciais para reaver os valores alocados, o **PARCEIRO** arcará com as custas e honorários advocatícios despendidos na cobrança.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS RESPONSABILIDADES

11.1. O **PARCEIRO** assume, com exclusividade, os riscos e as despesas decorrentes do projeto ora apoiado.

11.2. O **CAU/TO** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo **PARCEIRO** com terceiros, bem como por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, cujas responsabilidades caberão exclusivamente ao **PARCEIRO**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DENÚNCIA

O presente **Termo de Fomento** poderá ser denunciado a qualquer tempo, pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas ou condições acordadas, ou ainda por superveniência de norma legal ou outro fato que o torne materialmente inexecutável.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos segundo as disposições das Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DECLARAÇÃO DO PARCEIRO

Neste ato o **PARCEIRO** declara, sob as penas da lei, que possui estrutura física e técnica necessária para a execução do projeto ora apoiado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários ao custeio das despesas deste **Termo de Fomento** correrão à conta do Orçamento de 2020, Rubrica: 6.2.2.1.1.01.07.02.002 - Convênios, Acordos e Ajuda a Entidades e Centro de Custo: 5.02.01 - Atividade – Patrocínio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

O foro competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Termo de Fomento, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, é o da Justiça Federal, Seção Judiciária do Tocantins. E por estarem acordes os Partícipes, por seus representantes legais, firmam o presente **Termo de Fomento**, em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas identificadas.

Palmas/TO, XX de junho de 2021.

Silenio Martins Camargo

Presidente do CAU/TO

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PARCEIRO

XXXXXXXXXXXX

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF: